



MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

**BOLETIM DE INSCRIÇÃO PARA CANDIDATOS
À BOLSA DE AGENTES ELEITORAIS
ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

1. Nome _____
2. Residência:
- Freguesia _____
- Concelho _____
- Rua/Lugar _____
- Número _____ Andar _____
- Código postal _____ - _____
- Contacto: Telefone fixo _____ ou Telemóvel _____
- Email: _____
3. Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão n.º _____
- Data de validade ____ / ____ / ____
- Data de nascimento ____ / ____ / ____
4. Freguesia de recenseamento _____
5. Habilitações literárias _____

Fundamentação legal: Nos termos da Lei n.º 22/99, de 21 de abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 18/2014, de 10, de abril e pela Lei Orgânica n.º 1/2021, de 4 de junho, que Regula a criação de bolsas de agentes eleitorais e a compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em atos eleitorais e referendários, de acordo com o artigo 13.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, retificado em 23 de maio de 2018 e a 4 de março de 2021 e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional do mencionado Regulamento Europeu.



MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

Assinatura

Confirmação das declarações pela Junta:

Confirmo os elementos constantes dos números **1 a 5**.

Assinatura _____

Data ____/____/____

Nota: É obrigatória a apresentação do documento de identificação (bilhete de identidade ou cartão de cidadão).

No cumprimento do artigo 13.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, retificado em 23 de maio de 2018 e a 4 de março de 2021, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional do mencionado Regulamento Europeu, informamos que a recolha e tratamento dos dados pessoais constantes do boletim de inscrição tem unicamente como

Fundamentação legal: Nos termos da Lei n.º 22/99, de 21 de abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 18/2014, de 10, de abril e pela Lei Orgânica n.º 1/2021, de 4 de junho, que Regula a criação de bolsas de agentes eleitorais e a compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em atos eleitorais e referendários, de acordo com o artigo 13.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, retificado em 23 de maio de 2018 e a 4 de março de 2021 e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional do mencionado Regulamento Europeu.



MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

finalidade a constituição de agentes eleitorais para a Eleição dos deputados à Assembleia da República.

Informamos ainda que:

- A recolha e tratamento dos dados pessoais constantes do boletim de inscrição é efetuada pela Junta da área de recenseamento do agente eleitoral e partilhada com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
- No final da Assembleia de Apuramento Geral o respetivo boletim de inscrição com os dados pessoais será imediatamente eliminado;
- Ficaré responsável pelo tratamento dos dados recolhidos o/a dirigente da Unidade Orgânica competente.

Fundamentação legal: Nos termos da Lei n.º 22/99, de 21 de abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 18/2014, de 10, de abril e pela Lei Orgânica n.º 1/2021, de 4 de junho, que Regula a criação de bolsas de agentes eleitorais e a compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em atos eleitorais e referendários, de acordo com o artigo 13.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, retificado em 23 de maio de 2018 e a 4 de março de 2021 e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional do mencionado Regulamento Europeu.